

LINHAS PROGRAMÁTICAS

**DEFENDER A
AUTONOMIA.**

**DAR VOZ
À MADEIRA.**

PAULO CAFÔFO



PS
MADEIRA

ÍNDICE

AUTONOMIA DE RESULTADOS **04**

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA **05**

Mobilidade **06**

Mobilidade Aérea **06**

Porto Santo **06**

Ligação Marítima de Passageiros **07**

Coesão e Desenvolvimento Económico **08**

Lei das Finanças das Regiões Autónomas **08**

Novo Hospital Central da Madeira **09**

Universidade da Madeira **09**

Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) **09**

Revisão da Constituição e Estatuto Político-Administrativo **10**

Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira **10**

Competências do Estado nas Regiões Autónomas **11**

Forças Armadas **11**

Administração Interna **12**

Justiça **13**

Segurança Social **14**

AUTONOMIA DE RESULTADOS



Dando resposta às aspirações dos Madeirenses e Açorianos, e com a intervenção decisiva do Partido Socialista, a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou a Autonomia do Arquipélago da Madeira e dos Açores.

Pela primeira vez na História de Portugal, a Democracia nascida em abril de 1974 teve a visão e a coragem de estabelecer a Autonomia regional em benefício dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, depois desenvolvida e operacionalizada pelos respetivos Estatutos Político-Administrativos.

Fruto da Constituição e dos Estatutos Político-Administrativos, as Regiões Autónomas dispõem hoje de Autonomia político-legislativa, administrativa, financeira, económica e fiscal.

A pedra basilar da Autonomia Regional é a Solidariedade Nacional. É essa solidariedade com as Regiões Autónomas que está consagrada na Constituição da República Portuguesa, que une todos os Portugueses e os torna parte integrante desta nação soberana.

É fundamental afirmar que futuro queremos para a Autonomia, quais os desafios que se apresentam e quais as prioridades que devemos desenvolver.

O aprofundamento da Autonomia é fundamental nesse desígnio. Entendemos que é possível aperfeiçoar os instrumentos autonómicos que as Regiões Autónomas têm ao seu dispor, avançando em áreas onde ainda não se conseguiu atingir os objetivos desejados em termos de desenvolvimento social.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A Região Autónoma da Madeira enfrenta hoje desafios que implicam rigor, competência e coragem política para assumir as mudanças estruturantes e necessárias nas diversas áreas de governação. É preciso um novo ciclo de desenvolvimento, sustentado na dinamização da economia, na criação de emprego qualificado, na aposta na educação e formação, na inovação e tecnologia e em políticas e projetos que tenham sempre em conta a sustentabilidade ambiental e social.

Defendemos uma Madeira que promova a coesão económica e social e onde seja possível desenvolver um ordenamento territorial equilibrado, com redução das disparidades entre concelhos, em particular do Norte da Madeira e do Porto Santo. Os fundos estruturais devem ser planeados tendo por base uma estratégia de desenvolvimento regional, para mudar e não para manter uma situação de dependência e debilidade económica e social.

O futuro da Madeira e do Porto Santo, o futuro em que acreditamos, é um futuro com oportunidades mais justas e mais equitativas para todas as pessoas. As políticas de solidariedade, inclusão e coesão são prioridades que assumimos neste compromisso que fazemos com a população.



MOBILIDADE

O artigo 124.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira é muito claro no que concerne às competências do Estado em relação aos custos da insularidade, em particular no setor dos transportes. Defendemos o diálogo constante entre o Governo da República e o Governo Regional para melhorar a mobilidade dos cidadãos da Ilha da Madeira e Porto Santo.

Mobilidade Aérea

Muitas são as condicionantes dos serviços de transporte e o modelo de subsidiação das passagens aéreas dos residentes da Região Autónoma da Madeira. O Partido Socialista compromete-se a rever a legislação que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos, entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial.

Porto Santo

Sendo um arquipélago com duas ilhas muito distintas, a população do Porto Santo sofre com a dupla insularidade e encontra-se ainda mais dependente de uma atividade turística sazonal. As acessibilidades aéreas são um fator crítico de sucesso para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e a mobilidade aérea inter-ilhas assume-se, em particular, como um fator fundamental para esbater a dupla insularidade da ilha do Porto Santo e garantir coesão e continuidade territorial dentro do arquipélago e na ligação ao exterior, nomeadamente ao território continental.

Os serviços aéreos regulares na rota Porto Santo/Madeira/Porto Santo têm vindo a ser garantidos pelo Estado Português desde 1996, com lançamento de concursos públicos e em regime de concessão com obrigações de serviço público. Dada a relevância desta ligação inter-ilhas, o Partido Socialista compromete-se a garantir todas as condições para que a operação assegure regularidade na prestação dos serviços aéreos, com salvaguarda de tarifas competitivas para residentes e não residentes, bem como horários e frequências compatíveis com voos de ligação no Aeroporto da Madeira.

Ligação Marítima de Passageiros

A acessibilidade marítima entre a Madeira e o Continente necessita de solução sustentada que responda aos anseios de todos os madeirenses e portugueses, integrada num novo quadro de mobilidade entre arquipélagos e o continente. O Partido Socialista compromete-se, através do Governo da República e em coordenação com o Governo Regional, a assegurar um quadro legislativo e financeiro que permita uma ligação ferry regular entre a Região e o território continental.





COESÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O desenvolvimento pleno das Regiões Autónomas apenas se fará com compromissos políticos concretos e tendo sempre em conta as especificidades da sua ultraperiferia, condição indelével para compreendermos todos os desafios e ambições dos povos insulares.

A necessidade de uma aposta clara na formação e qualificação da população, a necessidade de diversificação da economia e uma disponibilidade de financiamento diferenciado e sustentado da parte do Estado são compromissos que consideramos irrevogáveis.

Lei das Finanças das Regiões Autónomas

O Partido Socialista compromete-se a rever, na atual Legislatura, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas na Assembleia da República, tendo em vista a melhoria da legislação que beneficie o desenvolvimento e as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas e em acordo com as propostas de revisão da Lei que sejam aprovadas pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Novo Hospital Central da Madeira

O investimento do Governo da República, cofinanciando em 50% a construção do novo hospital central da Madeira, é um elemento fundamental para a melhoria do acesso à saúde por parte dos cidadãos madeirenses, dotando a Região de uma infraestrutura pública fundamental para melhorar os cuidados de saúde. Reforça-se o compromisso efetuado pelo Partido Socialista naquele que é o maior investimento público em curso na região.



Universidade da Madeira

Esta instituição de ensino superior representa uma mais-valia essencial para o futuro da Região em diversos domínios do seu progresso económico, social e cultural. Face às dificuldades financeiras das Universidades das Regiões Autónomas, provocadas, principalmente, pelos sobrecustos da insularidade e da sua ultraperiferia e da justa ambição de crescimento, internacionalização e maior aposta na inovação e na investigação, o Partido Socialista defende que deverá haver uma maior compensação financeira para as universidades insulares da Madeira e dos Açores, no caminho já efetuado na anterior legislatura.

Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)

Sendo um instrumento de fulcral importância para a vitalidade da economia da Região Autónoma da Madeira e do próprio País, comprovável pelos indicadores de empresas licenciadas, capital de investimento, receita fiscal, áreas de atuação e empregos criados. Os serviços internacionais, a zona franca industrial, e o registo internacional de navios são ativos económicos fulcrais para a Região Autónoma da Madeira, gerando milhares de postos de trabalho qualificados e insubstituíveis no contexto de ultraperiferia, sendo necessária uma coordenação estreita com o Governo Regional para a sua continuação e sustentabilidade.



REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO E ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

No que concerne à revisão constitucional, designadamente quanto à Autonomia, o Partido Socialista defende a clarificação dos poderes de gestão, pelas Regiões Autónomas, do domínio público marítimo do Estado, bem como a eliminação do cargo de Representante da República, com atribuição das suas competências ao Presidente da República.

No Estatuto Político-Administrativo - lei fundamental da Autonomia - reveste-se em relação à Madeira de particular importância a adaptação do seu texto à revisão constitucional de 2004, que ampliou o poder legislativo regional, comprometendo-se o Partido Socialista com a sua revisão na Assembleia da República, tendo em conta a proposta que for aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

O Partido Socialista defende igualmente a alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional, garantindo amplos consensos com outras forças políticas, por forma a instituímos o voto em mobilidade e os avanços em matéria de paridade, que ainda não vigoram nestas eleições, esperando a sua devida iniciativa na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

COMPETÊNCIAS DO ESTADO NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

Forças Armadas

A dimensão insular e ultraperiférica que caracteriza as Regiões Autónomas e os seus limitados recursos trazem uma responsabilidade acrescida na presença das Forças Armadas nestas regiões. Em particular, os meios de transporte e salvamento, onde as Forças Armadas vêm particularmente apresentar-se como uma mais-valia no reforço da segurança e bem-estar da população que reside nas Ilhas. Destacamos o exímio trabalho de proximidade junto da população madeirense, o papel fulcral na vigilância e combate a fogos, na intervenção nos incêndios e no auxílio em situações de calamidade, bem como nas operações de busca e salvamento e nas evacuações aeromédicas entre ilhas e entre o arquipélago e continente.

A relação de Portugal com o mar, com o Atlântico, traz um peso maior para a ação que a Defesa deve ter, em particular nas relações transatlânticas. O potencial estratégico de Portugal nasce também da consciência do valor que as Regiões Autónomas trazem para o seu posicionamento geoestratégico, para a expansão da sua Zona Económica Exclusiva, e a vantagem que isso lhe traz em relação aos outros territórios europeus, tendo peso nas relações bilaterais e internacionais.

Por isto, a contínua aposta nas forças armadas nas Regiões Autónomas, com o progressivo reforço de meios físicos e humanos, de investigação e de projetos integrados nestas Regiões, é essencial para o reforço da ação, para eficientes redes de transportes marítimos e aéreos e de telecomunicações. Também fulcral é o incentivo da participação das populações destes territórios autónomos, fazendo parte da problemática e estratégia da Segurança e da Defesa Nacional. Consolida-se igualmente a importância das Forças Armadas no combate à descontinuidade territorial e à insularidade, devendo ser uma prioridade nacional.



Administração Interna

Portugal tem sido reconhecido nos últimos anos como um dos países mais seguros do mundo e as suas Regiões Autónomas não são exceção. Contudo, o sentimento de insegurança tem sido crescente na Região Autónoma da Madeira, atendendo a vários fatores, entre eles a visibilidade crescente de toxicodependências. A importância do reforço do papel das autoridades no combate a esta insegurança e na redução dos fatores que a promovem é essencial.

Tem sido prioridade dos Governos Socialistas o incremento e a valorização dos recursos humanos, tal como a promoção das condições de trabalho de todos os elementos das forças de segurança. Isso passa por apostar no rejuvenescimento das forças de segurança, mantendo níveis elevados de prontidão e eficácia operacional, com abertura de mais vagas para o curso de admissão de agentes da Polícia de Segurança Pública. A Madeira foi reforçada com cerca de quatro dezenas de agentes da PSP, mas merece atenção o contínuo reforço numa classe profissional que mostra sinais de envelhecimento.

O avanço na melhoria das condições de trabalho deverá ser uma prioridade nestes próximos anos, através do Programa de investimentos, equipando estes agentes de melhores recursos físicos, como equipamentos de proteção individual. Também essencial é a concretização do investimento projetado para a construção e reabilitação das várias esquadras da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente na Ponta do Sol, Calheta, Santa Cruz, Machico e Porto Santo, já está considerados na lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna.

Justiça

O investimento e modernização da justiça deverá ser mantido como uma das prioridades nacionais, inclusive nas suas regiões Autónomas. O bom estado do edificado, bem como o reforço de funcionários que permitam a celeridade dos vários processos, são a base para o bom funcionamento da justiça. A contínua atenção para as condições que são oferecidas nos estabelecimentos prisionais, como foi exemplo a recente intervenção num dos espaços do Estabelecimento Prisional do Funchal, e o apoio a vários projetos, criando melhores condições de vida aos reclusos e promovendo a sua reinserção social, são fulcrais para uma sociedade justa e inclusiva. Investimentos que contribuam para investigações mais rápidas e aceleração da conclusão dos processos iniciados a nível regional, encurtando o caminho ou burocracia a que estão sujeitos, é também o caminho a seguir. Foi, por isso, importante a instalação recente da valência de Toxicologia do Laboratório de Polícia Científica, no Departamento de Investigação Criminal da Madeira da Polícia Judiciária.

A contínua aposta na intervenção e reabilitação do edificado tutelado pela Justiça nas Regiões Autónomas deverá ser outro dos focos. Foram já concretizadas intervenções recentes nos tribunais da Ponta de Sol e Porto Santo. Porém, o envelhecimento em algumas estruturas permanece e é preciso continuar este caminho de reabilitação e reestruturação para melhores serviços e apoio ao cidadão. O compromisso já assinado para continuar este trabalho no Tribunal de Santa Cruz é sinal da importância que o Partido Socialista dá ao funcionamento da justiça no nosso País.





Segurança Social

Para um Portugal inteiro, um Portugal mais igual, com maior justiça social, é evidente a importância que tem o reforço na coesão territorial e social, envolvendo as várias instâncias de governação nacionais, regionais e locais, com enfoque nos setores mais vulneráveis, nos grupos e territórios com maiores fragilidades estruturais e profundas. Na Madeira, a atual taxa de risco de pobreza e exclusão social e o crescente número de famílias a aguardar habitação social ou a crescente porção da população que visivelmente não tem capacidade de endividamento e de aquisição da sua própria habitação, merecem toda a nossa atenção para os objetivos que traçamos nos próximos anos, para um Portugal em rota contínua de crescimento económico.

Assim, para os mais vulneráveis, não podemos esquecer os importantes apoios sociais, que sejam capazes de os retirar da situação de pobreza, aliados a políticas que promovam a sua inclusão social, como a criação de emprego e formação. Por isso, é importante o contínuo reforço das transferências para as Regiões Autónomas, para as políticas de emprego e formação profissional, bem como é essencial prosseguir com os apoios nacionais, de que são exemplos o abono de família para crianças e jovens, a garantia para a infância, o complemento solidário para os idosos, o reforço das pensões e apoios flexíveis em situação de desemprego. O objetivo é apoiar estas pessoas, que vivem o custo da insularidade, a romper o seu ciclo de pobreza e a alcançar maior justiça social.

Defende-se o reforço dos acordos de colaboração, no âmbito do Programa do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para criar condições de vida e de salubridade às famílias mais carenciadas, viabilizando o acesso a uma habitação adequada e digna.



PAULO CAFÔFO

Presidente do PS-Madeira e Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Deputado à Assembleia Legislativa da Madeira pelo Partido Socialista entre 2019 e 2021.

Presidente da Câmara Municipal do Funchal de 2013 a 2019.



MIGUEL IGLÉSIAS

Presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa da Madeira entre 2019 e 2021. Deputado à Assembleia da República desde 2022.



SOFIA CANHA

Coordenadora Geral do Sindicato dos Professores da Madeira entre 2012 e 2015. Deputada do PS à Assembleia Legislativa da Madeira entre 2015 e 2023.



MADALENA NUNES

Professora aposentada. Vereadora da Câmara Municipal do Funchal entre 2014 e 2021.



CARLOS COELHO

Presidente da Assembleia Municipal da ponta do Sol desde 2021. Deputado do PS à Assembleia Legislativa da Madeira entre 2019 e 2023.



ANA CELINA VALE

Presidente da JS da Ribeira Brava. Estudante de Economia na Universidade de Aveiro.

LINHAS PROGRAMÁTICAS

**DEFENDER A AUTONOMIA.
DAR VOZ À MADEIRA.**

PAULO CAFÔFO

